Índice

Dados da Empresa

5. Composição do Capital 1

2. Dfs Individuais

1. Balanço Patrimonial Ativo 2

2. Balanço Patrimonial Passivo 3

3. Demonstração do Resultado 4

4. Demonstração do Resultado Abrangente 5

5. Demonstração do Fluxo de Caixa 6

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017 7

Dmpl - 01/01/2016 À 31/12/2016 8

Dmpl - 01/01/2015 À 31/12/2015 9

9. Demonstração de Valor Adicionado 10

3. Dfs Consolidadas

1. Balanço Patrimonial Ativo 11

2. Balanço Patrimonial Passivo 12

3. Demonstração do Resultado 14

4. Demonstração do Resultado Abrangente 15

5. Demonstração do Fluxo de Caixa 16

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2017 À 31/12/2017 18

Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2016 À 31/12/2016 19

Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2015 À 31/12/2015 20

9. Demonstração de Valor Adicionado 21

Relatório da Administração/comentário do Desempenho 23

Notas Explicativas 25

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 50

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras 54

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente 55

Dados da Empresa / 5. Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.100
Preferenciais	0
Total	7.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	18.530	18.530	24.080
1.01	Ativo Circulante	3	4	5
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	1	1
1.01.06	Tributos a Recuperar	3	3	4
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	3	4
1.02	Ativo Não Circulante	18.527	18.526	24.075
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.527	18.526	24.075
1.02.01.03	Contas a Receber	0	0	7
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	18.526	18.526	24.068
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	18.526	18.526	24.068
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1	0	0
1.02.01.09.04	Depositos Judicias	1	0	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	18.530	18.530	24.080
2.01	Passivo Circulante	463	628	665
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	150	188	182
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	150	188	182
2.01.01.02.01	Salários a Pagar e Provisões	150	188	182
2.01.02	Fornecedores	277	277	277
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	277	277	277
2.01.03	Obrigações Fiscais	36	163	206
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	36	163	206
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5	163	206
2.01.03.01.03	Parcelamentos	31	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	310.735	285.231	277.424
2.02.02	Outras Obrigações	17.931	15.736	19.396
2.02.02.02	Outros	17.931	15.736	19.396
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	0	314	330
2.02.02.02.04	Partes Relacionaidas	17.629	15.422	16.332
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	0	0	2.734
2.02.02.02.06	Parcelamentos	302	0	0
2.02.04	Provisões	292.804	269.495	258.028
2.02.04.02	Outras Provisões	292.804	269.495	258.028
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimentos	292.804	269.495	258.028
2.03	Patrimônio Líquido	-292.668	-267.329	-254.009
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-456.160	-431.197	-420.889
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	41.710	42.086	45.098
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.992	-1.992	-1.992

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.695	-11.912	-9.716
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-382	-445	-498
3.04.02.02	Gastos Administrativos	-382	-445	-498
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	1
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4	0	-126
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23.309	-11.467	-9.093
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-23.695	-11.912	-9.716
3.06	Resultado Financeiro	-1.644	-1.408	-1.371
3.06.01	Receitas Financeiras	80	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.724	-1.408	-1.371
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-25.339	-13.320	-11.087
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-25.339	-13.320	-11.087
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-25.339	-13.320	-11.087
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-3,56882	-1,87603	-0,01562
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-3,56882	-1,87603	-0,01562

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-25.339	-13.320	-11.087
4.03	Resultado Abrangente do Período	-25.339	-13.320	-11.087

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.208	-4.631	633
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.030	-1.853	-1.994
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-25.339	-13.320	-11.087
6.01.01.02	Equivalencia Patrimonial	23.309	11.467	9.093
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-178	-2.778	2.627
6.01.02.02	Variação de Impostos, Taxas e Contribuições	-140	-57	-116
6.01.02.03	Variação de Salários a Pagar e Provisões	-37	6	8
6.01.02.04	Variação de Outras Contas a Pagar	0	0	1
6.01.02.05	Variação dos Depósitos Judiciais	-1	7	0
6.01.02.06	Variação de Outras Contas a Pagar	0	-2.734	2.734
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.207	4.631	-633
6.03.02	Variação em Partes Relacionadas	2.207	4.631	-633
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1	0	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1	1	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	1	1

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	45.752	-431.197	-1.992	-267.329
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	45.752	-431.197	-1.992	-267.329
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-25.339	0	-25.339
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-25.339	0	-25.339
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-237	237	0	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-237	237	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	45.515	-456.299	-1.992	-292.668

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2016 À 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.320	0	-13.320
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-13.320	0	-13.320
5.05.02.06	Prejuizo liquido Exercicio	0	0	0	-13.320	0	-13.320
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-3.012	3.012	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-3.012	3.012	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	45.752	-431.197	-1.992	-267.329

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2015 À 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	49.417	-410.206	-1.992	-242.673
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	49.417	-410.206	-1.992	-242.673
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.087	0	-11.087
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-11.087	0	-11.087
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Exercício	0	0	0	-11.087	0	-11.087
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-653	404	0	-249
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-653	611	0	-42
5.06.05	Reversão mais valia reflexa sobre propriedades para investimento de controlada	0	0	0	-207	0	-207
5.07	Saldos Finais	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-238	-311	-454
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-238	-311	-454
7.03	Valor Adicionado Bruto	-238	-311	-454
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-238	-311	-454
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-23.229	-11.467	-5.398
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23.309	-11.467	-9.093
7.06.02	Receitas Financeiras	80	0	3.694
7.06.03	Outros	0	0	1
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-23.467	-11.778	-5.852
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-23.467	-11.778	-5.852
7.08.01	Pessoal	142	178	156
7.08.01.01	Remuneração Direta	132	171	138
7.08.01.02	Benefícios	10	7	18
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6	34	29
7.08.02.01	Federais	6	34	29
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.724	1.330	5.050
7.08.03.01	Juros	1.724	1.330	5.033
7.08.03.03	Outras	0	0	17
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-25.339	-13.320	-11.087
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-25.339	-13.320	-11.087

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	171.925	208.152	214.986
1.01	Ativo Circulante	28.144	27.435	35.529
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	237	612	274
1.01.03	Contas a Receber	20.526	17.717	25.083
1.01.03.01	Clientes	17.171	14.778	20.851
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.355	2.939	4.232
1.01.04	Estoques	5.487	5.897	5.706
1.01.04.01	Estoques	5.409	5.850	4.811
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	78	47	895
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.894	3.209	4.466
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.894	3.209	4.466
1.02	Ativo Não Circulante	143.781	180.717	179.457
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	21.805	55.777	57.274
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	12.752	12.752	13.198
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	12.752	12.752	13.198
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.053	43.025	44.076
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	34.514	34.588	34.433
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	5.352	3.261	4.632
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	3.556	5.176	5.011
1.02.01.09.06	(-) Provisão para Perda	-34.369	0	0
1.02.02	Investimentos	31.217	16.761	16.760
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	31.217	16.761	16.760
1.02.03	Imobilizado	90.456	107.889	105.122
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	90.456	107.889	105.122
1.02.04	Intangível	303	290	301
1.02.04.01	Intangíveis	303	290	301

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	171.925	208.152	214.986
2.01	Passivo Circulante	351.871	372.014	353.073
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.650	10.221	10.853
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.650	10.221	10.853
2.01.02	Fornecedores	6.710	7.668	7.545
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.710	7.668	7.545
2.01.02.01.01	Fornecedores	6.710	7.668	7.545
2.01.03	Obrigações Fiscais	330.331	350.528	319.781
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	330.331	0	0
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias	325.090	0	0
2.01.03.01.03	Imposto Diferido	454	0	0
2.01.03.01.04	Parcelamentos	4.787	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	156	229	1.896
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	156	229	1.896
2.01.05	Outras Obrigações	2.024	3.368	12.998
2.01.05.02	Outros	2.024	3.368	12.998
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	1.265	1.943	5.429
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	759	925	6.924
2.01.05.02.08	Faturamento Antecipado	0	500	645
2.02	Passivo Não Circulante	113.017	103.738	116.181
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.317	2.016	2.704
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.317	2.016	2.704
2.02.02	Outras Obrigações	67.998	60.002	71.118
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	28.939	29.510	36.107
2.02.02.02	Outros	39.059	30.492	35.011
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	0	29.449	31.236
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	354	1.043	3.775
2.02.02.02.07	Parcelamentos	38.705	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	16.582	17.083	17.960

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.582	17.083	17.960
2.02.04	Provisões	27.120	24.637	24.399
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	27.120	24.637	24.399
2.02.04.01.05	Provisões para Contingencias	27.120	24.637	24.399
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-292.963	-267.600	-254.268
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-456.160	-431.197	-420.889
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	41.710	42.086	45.098
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.992	-1.992	-1.992
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-295	-271	-259

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	190.423	196.298	207.304
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-154.623	-159.391	-160.564
3.03	Resultado Bruto	35.800	36.907	46.740
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-30.583	-13.497	-24.846
3.04.01	Despesas com Vendas	-8.082	-8.329	-8.968
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.244	-6.784	-7.823
3.04.02.02	Gastos Administrativos	-7.244	-6.784	-7.823
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	27.318	10.464	6.010
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	27.318	10.464	6.010
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-42.575	-8.848	-14.065
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-42.575	-8.848	-14.065
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.217	23.410	21.894
3.06	Resultado Financeiro	-31.417	-36.742	-32.990
3.06.01	Receitas Financeiras	392	113	2.282
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.809	-36.855	-35.272
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-26.200	-13.332	-11.096
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	837	0	0
3.08.01	Corrente	-7.008	0	0
3.08.02	Diferido	7.845	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-25.363	-13.332	-11.096
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-25.363	-13.332	-11.096
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-25.339	-13.320	-11.087
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-24	-12	-9
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-3,57220	-1,87772	-0,01562
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-3,57220	-1,87772	-0,01562

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-25.363	-13.332	-11.096
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-25.363	-13.332	-11.096
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-25.339	-13.320	-11.087
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-24	-12	-9

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.540	23.166	27.679
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.968	26.315	27.830
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-25.339	-13.320	-11.087
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	6.336	7.271	7.283
6.01.01.03	Provisão (Reversão) para Contingencias	5.325	5.870	5.618
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	166	90	110
6.01.01.05	Participacões de Minoritários	-24	-12	-9
6.01.01.06	Encargos Financeiros sobre Empréstimos	157	280	1.836
6.01.01.08	Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado e Intangível	1.070	4.014	4.073
6.01.01.09	Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos	-501	-877	-907
6.01.01.10	Atualização de Passivos Previdenciários Parcelados	17.499	22.999	20.913
6.01.01.11	Provisão de Impairment	973	0	0
6.01.01.12	Anistia Fiscal	-25.218	0	0
6.01.01.13	Prejuízo Fiscal	-7.845	0	0
6.01.01.14	Provisão para Perda de Impostos	34.369	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-428	-3.149	-151
6.01.02.01	Variação de Clientes	-3.059	5.983	-2.266
6.01.02.02	Variação de Estoques	441	-1.039	-996
6.01.02.03	Variação de Adiantamento de Fornecedores	-31	848	-397
6.01.02.04	Variação de Impostos a Recuperar	1.389	1.102	-95
6.01.02.05	Variação de Outras Contas a Receber	1.203	1.128	-6.277
6.01.02.08	Variação de Depósitos Judiciais	-2.091	1.371	-1.296
6.01.02.09	Variação de Fornecedores	-958	123	1.497
6.01.02.11	Variação de Impostos, Taxas e Contribuições	4.624	5.961	5.637
6.01.02.12	Variação de Salários a Pagar e Provisões	2.429	-632	1.912
6.01.02.13	Variação de Adiantamento de Clientes	-678	-3.486	1.417
6.01.02.16	Variação de Provisão para Contingências	-2.842	-5.632	-2.079
6.01.02.17	Variação de Outras Contas a Pagar	-855	-8.731	3.158
6.01.02.18	Variação Faturamento Antecipado	0	-145	-366

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.415	-14.041	-12.147
6.02.01	Variação do Ativo Imobilizado	-5.415	-14.013	-10.813
6.02.02	Variação do Ativo Intangível	0	-27	-10
6.02.03	Variação do Ativo Propriedade para Investimento	0	-1	-1.324
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.500	-8.786	-15.536
6.03.04	Variação Partes Relacionadas	-571	-6.151	-2.335
6.03.07	Variação em Empréstimos e Financiamentos	-929	-2.635	-13.168
6.03.08	Variação em Cheques a Compensar	0	0	-33
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-375	339	-4
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	612	274	278
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	237	613	274

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2017 À 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	45.752	-431.197	-1.992	-267.329	-271	-267.600
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	45.752	-431.197	-1.992	-267.329	-271	-267.600
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-25.339	0	-25.339	-24	-25.363
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-25.339	0	-25.339	-24	-25.363
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-237	237	0	0	0	0
5.06.04	Realização de ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-237	237	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	45.515	-456.299	-1.992	-292.668	-295	-292.963

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2016 À 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009	-259	-254.268
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009	-259	-254.268
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.320	0	-13.320	-12	-13.332
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-3.012	3.012	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-3.012	3.012	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	45.752	-431.197	-1.992	-267.329	-271	-267.600

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2015 À 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	49.417	-410.206	-1.992	-242.673	-251	-242.924
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	49.417	-410.206	-1.992	-242.673	-251	-242.924
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.087	0	-11.087	-8	-11.095
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-11.087	0	-11.087	-8	-11.095
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Exercício	0	0	0	-11.087	0	-11.087	-8	-11.095
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-653	404	0	-249	0	-249
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-653	611	0	-42	0	-42
5.06.05	Reversão de mais valia reflexa sobre propriedade para investimento	0	0	0	-207	0	-207	0	-207
5.07	Saldos Finais	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009	-259	-254.268

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	200.927	210.423	220.144
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	199.342	208.080	218.551
7.01.02	Outras Receitas	1.751	2.433	1.703
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-166	-90	-110
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-124.598	-95.524	-101.929
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-23.599	-42.613	-43.575
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-100.999	-52.911	-58.354
7.03	Valor Adicionado Bruto	76.329	114.899	118.215
7.04	Retenções	-6.336	-7.271	-7.158
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.336	-7.271	-7.158
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	69.993	107.628	111.057
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.959	7.965	12.173
7.06.02	Receitas Financeiras	392	113	4.911
7.06.03	Outros	25.567	7.852	7.262
7.06.03.02	Outras	25.567	7.852	7.262
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	95.952	115.593	123.230
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	95.952	115.593	123.230
7.08.01	Pessoal	78.426	79.088	76.724
7.08.01.01	Remuneração Direta	63.218	61.962	60.423
7.08.01.02	Benefícios	9.814	10.372	11.326
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.394	6.754	4.975
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.674	11.871	15.705
7.08.02.01	Federais	7.606	9.320	9.685
7.08.02.02	Estaduais	2.068	2.551	6.020
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	33.215	37.966	41.897
7.08.03.01	Juros	31.809	36.595	40.819
7.08.03.03	Outras	1.406	1.371	1.078
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-25.363	-13.332	-11.096
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-25.339	-13.320	-11.087

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-24	-12	-9

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos Acionistas,

É com satisfação que estamos publicando o relatório da administração e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Minupar Participações S.A. referentes ao exercício de 2017. As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as informações da Companhia, de suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM).

As despesas gerais e administrativas consolidadas se mantiveram dentro dos valores orçados no ano de 2017, enquanto que seu faturamento líquido consolidado atingiu R$ 190 milhões, que comparado ao ano de 2016 apresentou uma redução de R$ 6 milhões. No exercício de 2017 a Companhia regularizou R$ 57 milhões relativo a débitos fiscais através da adesão ao programa de parcelamento "PERT" – programa especial de regularização tributária.

Perspectivas

A Companhia e suas controladas, através de suas operações, buscam contínua otimização dos processos, com ênfase na modernização de suas plantas industriais e crescimento gradativo e sustentável da operação própria de industrializados, voltada à produção para os mercados interno e externo, bem como a consolidação dos contratos de parceria com terceiros e ainda alternativas de recomposição para solução de seus passivos tributários remanescentes.

Mercado de Capitais

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 – resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

Quantidade de ações em 31/12/2017	7.100
Prejuízo líquido do exercício (consolidado)	(25.363)
Resultado diluído por ação	(3,57220)

Relacionamento com os Auditores Externos

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Companhia e suas controladas tem como política não contratar os auditores independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. No decorrer dos exercícios de 2016 e 2017 os nossos auditores independentes não tiveram nenhum outro contrato de serviços com esta Companhia e suas Controladas.

Declaração da Administração

Em atendimento ao disposto na instrução CVM 480/2009, os administradores declaram que revisaram e analisaram as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e que concordam com as mesmas, bem como com as opiniões, individual e consolidada, expressas no relatório dos auditores independentes.

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e a dedicação de nosso quadro de colaboradores.

Lajeado, 19 de março de 2018.

A Administração.

Notas Explicativas

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1 – Contexto operacional

A Minupar Participações S/A. "Companhia" tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados à base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com a marca "Minu" ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

2 – Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

A Administração autorizou, em 19 de março de 2018, a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2017.

3 – Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Notas Explicativas

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações contábeis consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações contábeis individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.9 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

3.10.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.10.2 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 8,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

3.11 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.12 Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme deliberação CVM n° 644/10.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

3.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.18 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

(a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
(b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
(c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

3.19 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

(a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
(b) vida útil, "*Impairment"* e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e
(c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.21 Demonstração do valor adicionado – DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

Notas Explicativas

4 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	-	-	4	6
Bancos - conta corrente	-	1	233	606
Total	**-**	**1**	**237**	**612**

5 – Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	-	-	13.629	12.225
Mercado externo	-	-	4.893	3.128
(-) Provisão para perda	-	-	(714)	(575)
(-) Vendas não efetivadas	-	-	(637)	-
Subtotal	**-**	**-**	**17.171**	**14.778**
(-) Faturamento antecipado	-	-	-	(500)
(-) Adiantamentos de clientes	-	-	(1.265)	(1.943)
Saldo líquido de contas a receber			**15.906**	**12.335**

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais.

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos prontos	-	-	545	873
Produtos em elaboração	-	-	92	-
Matérias primas	-	-	1.084	1.555
Materiais de embalagem	-	-	1.086	1.024
Materiais de manutenção	-	-	2.129	1.894
Vendas não efetivadas	-	-	473	504
Total	**-**	**-**	**5.409**	**5.850**

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência. Através da adoção da deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos acima encerrados o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

Notas Explicativas

7 – Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
IRRF a recuperar	-	-	2	2	
IRPJ a recuperar	1	1	3	688	
CSLL a recuperar	2	2	2	250	
PIS e COFINS a recuperar	-	-	41	309	
ICMS a recuperar	-	-	1.529	1.650	
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	115	108	
Crédito de Exportação (Reintegra)	-	-	202	202	
Circulante	**3**	**3**	**1.894**	**3.209**	
Crédito prêmio IPI s/ exportações	-	-	34.369	34.369	(a)
(-) Provisão para perda	-	-	(34.369)	-	(a)
ICMS a recuperar - imobilizado	-	-	145	219	
Não Circulante	**-**	**-**	**145**	**34.588**	

a) Crédito prêmio IPI

O montante de R$ 34.369 mil refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4. Este processo foi analisado em 31 de dezembro de 2017 pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais emitiram relatório indicando a probabilidade de êxito como "possível".

Tendo como base a avaliação apresentada no relatório dos assessores jurídicos da Companhia do processo em epígrafe, assim como as indicações constantes na norma brasileira de contabilidade técnica geral nº 25 – "NBC TG 25", aprovada pela comissão de valores mobiliários através da instrução CVM nº 594/09, a Companhia procedeu ao reconhecimento da provisão para perda deste crédito, embora entenda que existe grande chance deste valor ser convertido no futuro.

Nos parágrafos a seguir se relata uma breve explanação sobre o histórico do processo vinculado ao crédito prêmio IPI:

No ano de 2009, com a decisão do supremo tribunal federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do decreto lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo de R$ 34.369 mil no ativo não circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

Notas Explicativas

A Companhia, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de recurso voluntário ao conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, consequentemente, não reconheceu o direito ao crédito à controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na ação ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma ação anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo ministério do desenvolvimento indústria e comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª vara federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

8 - Investimentos

a) **Participações societárias**

Em 31/12/2017 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	**99,99%**	**99,99%**	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2016	**(197.804)**	**(71.691)**	**(269.495)**
+/- Equivalência patrimonial	(17.096)	(6.213)	(23.309)
Provisão para perda de investimento em 31/12/2017	**(214.900)**	**(77.904)**	**(292.804)**

b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

	31/12/2017			31/12/2016		
Grupo	**Custo**	**Deprec.**	**Líquido**	**Custo**	**Deprec.**	**Líquido**
Terrenos	7.742	-	7.742	6.640	-	6.640
Obras civis	26.554	(7.110)	19.444	17.025	(6.904)	10.121
Máquinas e equipamentos	13.617	(7.461)	6.156	-	-	-
Outros	541	(346)	195	-	-	-
(-) Impairment	(2.320)	-	(2.320)	-	-	-
Total	**46.134**	**(14.917)**	**31.217**	**23.665**	**(6.904)**	**16.761**

Os ativos mantidos como propriedades para investimentos foram revisados, e alguns saldos sofreram reclassificação contábil conforme demonstra-se no quadro a seguir.

Grupo	**Saldo em 31/12/2016**	**Adições**	**Baixas**	**Deprec.**	**Transf.**	**Saldo em 31/12/2017**
Terrenos	6.640	-	-	-	1.102	7.742
Obras civis	10.121	-	-	-	9.323	19.444
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	6.156	6.156
Outros	-	-	-	-	195	195
(-) Impairment	-	(973)	-	-	(1.347)	(2.320)
Total	**16.761**	**(973)**	**-**	**-**	**15.429**	**31.217**

Notas Explicativas

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2017 foram avaliados por meio de cotação junto a imobiliárias, e desta avaliação não foi identificada necessidade de ajuste por perda de ativo, todavia alguns componentes patrimoniais foram avaliados de forma individual, e desta análise identificou-se R$ 2.320 de ativos com valores superiores ao de avaliação, todos os ajustes foram devidamente registrados.

9 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

		31/12/2017			31/12/2016		
Grupo	Taxas	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	16.695	-	16.695
Prédios	2,50%	52.736	(1.928)	50.808	59.216	(2.023)	57.193
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	25.189	(3.774)	21.415	33.473	(4.574)	28.899
Moveis e utensílios	8,33%	1.946	(417)	1.529	2.288	(470)	1.818
Computadores e periféricos	33,33%	520	(125)	395	571	(107)	464
Veículos	20,00%	100	(43)	57	161	(59)	102
Imobilizações em andamento	-	656	-	656	2.715	-	2.715
Outros	-	3	-	3	3	-	3
	Total	**96.743**	**(6.287)**	**90.456**	**115.122**	**(7.233)**	**107.889**

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	16.695	-	-	-	(1.102)	15.593
Prédios	57.193	1.974	(13)	(1.928)	(6.418)	50.808
Maquinas e equipamentos	28.899	2.111	(1.053)	(3.774)	(4.768)	21.415
Moveis e utensílios	1.818	294	(2)	(417)	(164)	1.529
Computadores e periféricos	464	77	-	(125)	(21)	395
Veículos	102	-	(2)	(43)	-	57
Imobilizações em andamento	2.715	880	-	-	(2.939)	656
Outros	3	-	-	-	-	3
Total	**107.889**	**5.336**	**(1.070)**	**(6.287)**	**(15.412)**	**90.456**

10 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

		31/12/2017			31/12/2016		
Grupo	Taxas	Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	204	(49)	155	160	(38)	122
Marcas e patentes	-	148	-	148	168	-	168
	Total	**352**	**(49)**	**303**	**328**	**(38)**	**290**

Notas Explicativas

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	Saldo em 31/12/2017
Softwares	122	79	-	(49)	3	155
Marcas e patentes	168	-	-	-	(20)	148
Total	**290**	**79**	**-**	**(49)**	**(17)**	**303**

11 – Empréstimos e financiamentos

Instituição	Encargos	Vcto	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016	
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	117	192	(a)
Banrisul – consórcio	-	-	-	-	39	37	
		Circulante	**-**	**-**	**156**	**229**	

Instituição	Encargos	Vcto	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016	
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	1.056	1.733	(a)
Banrisul – Consórcio	-	-	-	-	261	283	
		Não circulante	**-**	**-**	**1.317**	**2.016**	

a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

12 - Fornecedores

	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Fornecedores nacionais	277	277	6.710	7.668
Total	**277**	**277**	**6.710**	**7.668**

Conforme determina a deliberação CVM nº 564/08, a partir de 2015 a administração da Companhia suspendeu o reconhecimento do ajuste a valor presente pelo fato dos fornecedores tratarem-se de operações passivas de curto prazo sobre as quais o ajuste a valor presente não produz efeito relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

13 – Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisões de férias e 13º salário	-	-	7.581	6.974
Salários / Pró-labore a pagar	150	188	2.449	2.263
Rescisões a pagar	-	-	16	26
Outras obrigações a pagar	-	-	2.604	958
Total	**150**	**188**	**12.650**	**10.221**

14 – Obrigações tributárias e parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações tributárias - Circulante				
INSS	4	4	201.040	187.494
IRPJ / CSLL	-	-	103.264	112.013
PIS / COFINS	-	-	15.670	38.981
ICMS	-	-	1.702	1.627
IRRF	1	-	430	1.846
FGTS	-	30	565	555
Impostos retidos	-	-	396	488
Outros	-	-	2.023	2.143
Subtotal	**5**	**34**	**325.090**	**345.147**
Parcelamentos - Circulante				
Parcelamento – PERT	-	-	1.006	- (a)
Parcelamento - Lei 12.996/14	23	22	1.736	1.660
Parcelamento - Lei 11.941/09	8	107	8	107
Parcelamento – FGTS	-	-	628	598
Parcelamento – ICMS	-	-	1.336	2.023
Parcelamento – IOF	-	-	73	60
Parcelamento - SESI / SENAI	-	-	-	479
Subtotal	**31**	**129**	**4.787**	**4.927**
Total - Circulante	**36**	**163**	**329.877**	**350.074**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Parcelamentos - Não circulante				
Parcelamento – PERT	-	-	11.147	- (a)
Parcelamento - Lei 12.996/14	255	259	19.525	19.846
Parcelamento - Lei 11.941/09	47	55	46	55
Parcelamento – FGTS	-	-	7.000	7.269
Parcelamento – ICMS	-	-	883	2.098
Parcelamento – IOF	-	-	104	181
Parcelamento - SESI / SENAI	-	-	-	-
Total - Não circulante	**302**	**314**	**38.705**	**29.449**

Notas Explicativas

a) A companhia aderiu ao PERT – programa especial de regularização tributária, concluindo a formalização do pedido de parcelamento em novembro de 2017, todos os efeitos da adesão foram devidamente calculados e registrados.

Abaixo apresentamos um breve resumo dos valores apurados no PERT:

Total dos débitos incluídos no PERT	**56.548**	(i)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2017 (entrada)	(11.332)	
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845)	(ii)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218)	(iii)
Saldo remanescente em 31/12/2017 parcelado em 145 vezes	**12.153**	
Circulante	1.006	
Não circulante	11.147	
Total	**12.153**	

(i) O montante de R$ 56.548, regularizado através do PERT refere-se aos seguintes débitos:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da receita federal do Brasil	Débitos previdenciários	8.078
	Demais débitos	1.729
Procuradoria-geral da fazenda	Débitos previdenciários	856
	Demais débitos	45.885
	Total	**56.548**

(ii) O montante de R$ 7.845 refere-se a prejuízo fiscal e base de cálculo negativa utilizados para quitação do saldo remanescente em 31 de dezembro de 2017 dos débitos vinculados à esfera da secretaria da receita federal do Brasil, estes foram regularizados no PERT através da modalidade prevista no parágrafo I, artigo 2, da lei 13.496/17, o qual previa:

> *"pagamento em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em até cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou de outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com a possibilidade de pagamento em espécie de eventual saldo remanescente em até sessenta prestações adicionais, vencíveis a partir do mês seguinte ao do pagamento à vista."*

(iii) O montante de R$ 25.218 refere-se a anistia de multa, juros e encargos legais concedidas através do item "b", parágrafo II, artigo 3 da lei 13.496/17, o qual previa:

> *"pagamento em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante:...*
> *..."item b" parcelado em até cento e quarenta e cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora, 50% (cinquenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas e 100% (cem por cento) dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios;"*

Notas Explicativas

No quadro a seguir consta o racional e memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	R$
Procuradoria-Geral da Fazenda	Débitos previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
		Total	**46.741**	**(9.349)**	**37.392**		**25.218**

14.1 Programas de parcelamentos fiscais

A Companhia incluiu a maioria dos passivos tributários existentes em 2009, 2010 e 2013 na MP 470/2009 e nos parcelamentos advindos das leis 11.941/2009 e 12.996/2014, bem como a quitação antecipada de alguns parcelamentos existentes com base na lei nº 13.043/2014, contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída do parcelamento da lei 11.941/2009, por inadimplência. Com a adesão à MP 470/2009 a controlada Companhia Minuano reconheceu a inexistência do crédito prêmio IPI – exportação posterior a 05 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento integral do referido crédito, no exercício de 2006, a controlada o ofereceu à tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito. Tal compensação não foi reconhecida pelo Fisco sendo que os referidos débitos são objeto de cobrança. Em momento oportuno, a Controlada estará levando a discussão esse tema, visto que boa parte do valor que originou o referido débito no ano de 2006, foi reformulado mediante a decisão do STF em limitar em 05 de outubro de 1990 o direito ao crédito prêmio IPI – exportação.

14.1.1 Medida provisória nº 470/2009

A Companhia formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na medida provisória nº 470/2009. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de "principal" dos tributos, com benefícios de redução de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante liquidado com créditos tributários de IRPJ e CSLL decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, em montante aproximado de R$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a receita federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela controlada. Tais alegações de inconsistências foram objeto de ação administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento à época.

MP 470/2009	
Passivo tributário objeto da MP 470/2009	61.896
(-) Reduções da MP 470/2009	(24.213)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(37.683)
Total	**-**

Contudo, conforme assessoria jurídica da controlada indireta, há uma probabilidade possível de exclusão de valores do parcelamento no montante de R$ 35.279 mil.

Notas Explicativas

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

14.1.2 Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei n° 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, contudo a validação destas liquidações por parte da receita federal do Brasil – RFB e procuradoria geral da fazenda nacional – PGFN, ocorrerá no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	**76.297**
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	**27.900**

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

14.1.3 Lei nº 13.043/2014

Em novembro/2014, a Companhia aderiu a quitação antecipada de parcelamentos previdenciários conforme previsto no art. 33 da MP 651/2014, convertida na lei nº 13.043/2014.

Com esta adesão, a Companhia quitou antecipadamente alguns parcelamentos previdenciários através do pagamento de 30% do saldo existente na data da adesão, bem como com a utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para quitação do saldo remanescente, após o referido pagamento, na mesma data, conforme resumo a seguir:

Notas Explicativas

Lei nº 13.043/2014	
Passivo tributário parcelado	**507**
(-) Pagamentos da lei 13.043/2014	(152)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(355)
Total	**-**

15 – Impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	334	334
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	120	120
Total - Circulante	**-**	**-**	**454**	**454**
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	12.193	12.561
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	4.389	4.522
Total - Não circulante	**-**	**-**	**16.582**	**17.083**

16 – Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, tanto de suas controladas diretas como de sua controlada indireta foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 11 de abril de 2017 da seguinte forma:

a) Minupar – em até R$ 250 mil;
b) Sulaves – em até R$ 250;
c) Valepar – em até R$ 250, e
d) Minuano – em até R$ 1.100 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração percebida durante 2017.

	Controladora	Consolidado
Conselho de administração	109	109
Diretoria executiva	56	714

b) **Operações de mútuo**

	Controladora		Consolidado	
Ativo não circulante	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Agostinho Carrer Part. Ltda	12.752	12.752	12.752	12.752
Valepar S/A	514	514	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Total	**18.526**	**18.526**	**12.752**	**12.752**

Passivo não circulante	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	22.000	24.232
Companhia Minuano	10.690	10.185	-	-
Acionistas e outros	6.939	5.237	6.939	5.278
Total	**17.629**	**15.422**	**28.939**	**29.510**

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas possuem prazos e juros estipulados para recebimento e liquidação.

17 – Provisão para contingência

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos. No período se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	Provisão para contingência			
	Trabalhista	**Cível**	**Tributária**	**Total**
31/12/2016	**11.113**	**13.243**	**281**	**24.637**
Movimentação (Adições-Baixas)	2.480	3	-	2.483
31/12/2017	**13.593**	**13.246**	**281**	**27.120**

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de dezembro de 2017, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R$ 69.288, destes R$ 49.454 relativos a natureza civil e R$ 19.834 relativos a natureza trabalhista.

18 – Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social da Companhia ao final do período é de R$ 120.108 mil representado por 7.100.100 mil (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC’s aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido,

saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

Quando aplicável e de acordo com o estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

19 – Cobertura de seguros

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, a vigência do seguro corresponde ao período de abril de 2017 até abril de 2018, conforme demonstrado abaixo no quadro de valores em risco declarados:

Local de risco	Prédio	Máquinas	Mercadorias
Sede Administrativa	3.500	1.540	-
Abatedouros	27.000	36.500	5.500
Fábrica de embutidos	4.800	6.500	1.500
Fábrica de rações	7.000	4.500	1.500
Incubatório	5.000	4.000	300
Central de ovos	1.000	500	-
Granjas	1.800	400	300
Total	**50.100**	**53.940**	**9.100**

No que se refere à cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matéria prima o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.

20 – Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limita a:

Notas Explicativas

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 18% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção *(hedge)* de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

21 – Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Receita bruta de produtos e serviços	**162.799**	**37.472**	**200.271**	**173.091**	**36.191**	**209.282**
(-) Impostos	(8.918)	-	(8.918)	(11.783)	-	(11.783)
(-) Devoluções	(507)	(423)	(930)	(769)	(432)	(1.201)
Receita líquida de produtos e serviços	**153.374**	**37.049**	**190.423**	**160.539**	**35.759**	**196.298**

Notas Explicativas

22 – Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários	-	-	53.931	51.562
Matérias primas	-	-	27.071	25.541
Encargos sociais	-	-	13.175	14.710
Energia eletrica	-	-	12.635	14.883
Manutenção Industrial	-	-	9.677	7.758
Benefícios a empregados	-	-	9.197	9.960
Depreciações	-	-	6.010	7.043
Férias e 13º salário	-	-	5.804	5.667
Serviço de terceiros	-	-	5.003	8.934
Materiais de embalagem	-	-	2.660	5.386
Combustíveis e lubrificantes	-	-	1.630	2.049
Locações/Aluguéis	-	-	1.495	1.369
Indenizações trabalhistas	-	-	1.455	610
Equipamento de proteção	-	-	1.221	1.493
Taxas e encargos legais	-	-	944	11
Análises laboratoriais	-	-	868	728
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	537	377
Outros gastos	-	-	1.310	1.310
Total	**-**	**-**	**154.623**	**159.391**

23 – Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários	132	178	2.624	2.947
Serviço de terceiros	121	56	1.889	1.232
Encargos sociais	9	34	475	930
Benefícios a empregados	-	-	472	317
Depreciações	-	-	320	273
Férias e 13º salário	-	-	269	203
Indenizações trabalhistas	-	-	165	-
Manutenção industrial	-	-	104	90
Viagens e estadias	27	49	101	91
Taxas e encargos legais	2	64	83	88
Telefonia	-	-	80	73
Publicidade e propaganda	69	44	75	104
Energia eletrica	-	-	65	71
Outros gastos	22	20	523	365
Total	**382**	**445**	**7.244**	**6.784**

Notas Explicativas

24 – Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	4.391	3.365
Custos aduaneiros	-	-	1.691	1.153
Salários	-	-	475	923
Serviço de terceiros	-	-	379	561
Publicidade e propaganda	-	-	257	513
Comissões sobre vendas	-	-	204	337
Provisões para perdas	-	-	167	90
Encargos sociais	-	-	112	256
Telefonia	-	-	76	62
Análises laboratoriais	-	-	69	144
Férias e 13º salário	-	-	55	93
Benefícios a empregados	-	-	36	91
Abatimentos sobre vendas	-	-	35	301
Combustíveis e lubrificantes	-	-	22	125
Viagens e estadias	-	-	21	66
Armazenagem	-	-	18	14
Depreciações	-	-	6	6
Outros gastos	-	-	68	229
Total	**-**	**-**	**8.082**	**8.329**

25 – Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Encargos financeiros	-	-	79	174
Despesas gerais	4	-	1.638	2.145
Custo na alienação de ativos	-	-	64	368
Provisão para contingencias	-	-	6.055	5.870
Reversão de créditos tributários	-	-	370	291
Provisão para perda	-	-	34.369	- (a)
Total	**4**	**-**	**42.575**	**8.848**

a) O montante de R$ 34.369 refere-se ao registro contábil de provisão para perda do crédito prêmio IPI realizado em 31 de dezembro de 2017, o referido crédito fiscal está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4, e devido a avaliação apresentada pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2017 para este processo, assim como as indicações constantes na norma brasileira de contabilidade técnica geral nº 25 – "NBC TG 25", aprovada pela comissão de valores mobiliários através da instrução CVM nº 594/09, a Companhia procedeu ao reconhecimento da provisão para perda deste crédito, informações relacionadas ao crédito prêmio IPI estão apresentadas através da nota explicativa nº 7.

Notas Explicativas

26 – Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Créditos tributários	-	-	833	1.800	
Receitas gerais	-	-	1.205	8.633	
Receita na alienação de ativos	-	-	62	25	
Benefício fiscal	-	-	25.218	-	(a)
Redução de passivos judiciais	-	-	-	6	
Total	**-**	**-**	**27.318**	**10.464**	

a) O montante de R$ 25.218 refere-se a anistia de multa, juros e encargos legais concedidas através do PERT – programa especial de regularização tributária, detalhes relacionados ao racional e memória de cálculo dos valores estão apresentados através da nota explicativa n°14.

27 – Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Juros de atualização de dívidas tributárias	22	31	22.399	26.119
Juros de operações com partes relacionadas	1.702	1.288	6.673	8.031
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	1.203	10
Despesas decorrentes de títulos descontados	-	-	1.019	1.501
Descontos financeiros concedidos	-	-	230	184
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	157	280
Juros sobre compra a prazo	-	-	122	118
Variações cambiais passivas	-	-	-	179
Outras despesas financeiras	-	89	6	433
Total	**1.724**	**1.408**	**31.809**	**36.855**

28 – Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Variações cambiais ativas	-	-	162	-
Descontos financeiros obtidos	75	-	78	70
Outras receitas financeiras	5	-	152	43
Total	**80**	**-**	**392**	**113**

Notas Explicativas

29 – Informações por segmento

A companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;

b) Frigorífico – Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades frigoríficas resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

	Industrializados		Frigorífico - Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/12/2017	30/12/2016	31/12/2017	30/12/2016	31/12/2017	30/12/2016	31/12/2017	30/12/2016
RECEITA BRUTA	**68.151**	**66.647**	**132.120**	**142.635**	**-**	**-**	**200.271**	**209.282**
Impostos e devoluções	(7.914)	(10.867)	(1.934)	(2.117)	-	-	(9.848)	(12.984)
RECEITA LÍQUIDA	**60.237**	**55.780**	**130.186**	**140.518**	**-**	**-**	**190.423**	**196.298**
(-) Custos	(47.134)	(46.470)	(107.489)	(112.921)	-	-	(154.623)	(159.391)
LUCRO BRUTO	**13.103**	**9.310**	**22.697**	**27.597**	**-**	**-**	**35.800**	**36.907**
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS								
Despesas administrativas	-	-	-	-	(7.244)	(6.784)	(7.244)	(6.784)
Despesas com vendas	(7.756)	(7.641)	(326)	(688)	-	-	(8.082)	(8.329)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	27.318	10.464	27.318	10.464
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(42.575)	(8.848)	(42.575)	(8.848)
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANC	**5.347**	**1.669**	**22.371**	**26.909**	**(22.501)**	**(5.168)**	**5.217**	**23.410**
Despesas financeiras	-	-	-	-	(31.809)	(36.855)	(31.809)	(36.855)
Receitas financeiras	-	-	-	-	392	113	392	113
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**5.347**	**1.669**	**22.371**	**26.909**	**(53.918)**	**(41.910)**	**(26.200)**	**(13.332)**
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	(7.008)	-	(7.008)	-
CSLL e IRPJ diferidos	-	-	-	-	7.845	-	7.845	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**5.347**	**1.669**	**22.371**	**26.909**	**(53.081)**	**(41.910)**	**(25.363)**	**(13.332)**
Atribuído a acionistas não controladores							(24)	(12)
Atribuído a acionistas controladores							(25.339)	(13.320)

Notas Explicativas

30 – Resultado por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 – resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

Quantidade de ações em 31/12/2017	7.100
Prejuízo líquido do exercício (consolidado)	(25.363)
Resultado diluído por ação	(3,57220)

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

31 – Continuidade operacional

Em abril/2016 a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, renovou o contrato de prestação de serviço de abates de aves que mantinha junto à outra empresa do ramo. Nossa expectativa é continuarmos com os controles de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização financeira da Companhia e suas controladas.

32 – Outras informações

Em assembleia geral ordinária realizada em 11 de abril de 2017, a Companhia elegeu seu conselho de administração, com mandato de 1 ano, composto por: Chao En Ming, Antonio Carlos Rago Cano, Cynthia Christina da Silva Vello e Welinton Balderrama dos Reis, no mesmo dia também foi realizada a primeira reunião do novo conselho de administração, o qual nomeou os membros para diretoria executiva estatutária da Minupar Participações S.A., com mandato de 1 ano, composta por: Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora presidente e a Sra. Rocheli Verçosa Souza como diretora de relações com investidores, esta última substituída em 26 de maio de 2017 pelo Sr. Samuel Heydt, e em 23 de agosto de 2017 foi nomeada o terceiro membro da diretoria, Sra. Margareth Schacht Herrmann.

Com relação as controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A., em assembleia geral ordinária realizada no dia 11 de abril de 2017, foram eleitos: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano, e quanto a controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foram nomeados: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente, Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano.

Notas Explicativas

Conselho de Administração

Antonio Carlos Rago Cano
Presidente

Welinton Balderrama dos Reis
Vice-Presidente

Chao En Ming
Conselheiro

Cynthia Christina da Silva Vello
Conselheira

Diretoria Executiva

Carla Luciane Diedrich
Diretora Presidente

Margareth Schacht Herrmmann
Diretora

Samuel Heydt
Diretor de Relações com Investidores

Contador

Fernando Ataide Silva Jorge
Contador - CRC/RS 076618/O-0

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Conselho e Acionistas da

Minupar Participações S.A.

Lajeado - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Minupar Participações S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Minupar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

O montante de R$ 34.369 mil, da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações , oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4. Este processo foi analisado em 31 de dezembro de 2017 pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais emitiram relatório indicando a probabilidade de êxito como “possível” (nota 7 a). Considerando a avaliação, a Companhia procedeu o registro da provisão para perda deste crédito, com isso, não afeta a posição patrimonial da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta, realizou parcelamentos de débitos fiscais mediante adesão do PERT - Programa especial de regularização tributária, tanto de valores que se encontravam no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, concluindo a formalização do pedido de parcelamento em novembro de 2017, todos os efeitos da adesão foram devidamente calculados e registrados, tendo como saldo remanescente R$ 12.156 mil em 31/12/2017, conforme nota explicativa 14 a. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Companhia e sua controlada indireta (nota explicativa nº 14.1) optaram em incluir parte do passivo tributário nos Parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, bem como quitar de forma antecipada parcelamentos tributários correntes com os benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nos parcelamentos e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais.

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014 e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em abril de 2016 a Companhia Minuano de Alimentos renovou, por prazo determinado, o contrato de prestação de serviço de abates de aves que mantinha junto à outra empresa do ramo, bem como continuam os esforços para controle de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuarem operando.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Crédito de prêmio IPI

O reconhecimento do crédito de IPI da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, está sob discussão judicial e em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecida a provisão para perda deste crédito.

Nosso procedimento quanto ao assunto incluíram, a avaliação apresentada através do relatório dos assessores jurídicos da Companhia do processo de crédito que está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4, assim como as indicações constantes no na norma brasileira de contabilidade técnica geral nº 25 – "NBC TG 25", aprovada pela comissão de valores mobiliários através da instrução CVM nº 594/09, a Companhia procedeu adequadamente o reconhecimento da provisão para perda deste crédito, embora entenda que existe grande chance deste valor ser convertido no futuro. Também, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o assunto, nas notas explicativas 7.a e 25, que foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

PERT - Programa especial de regularização tributária

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos aderiu ao PERT – Programa especial de regularização tributária e todos os efeitos da adesão foram calculados e registrados.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o entendimento e verificação dos registros especificamente relacionados aos processos de reconhecimento de débitos tributários e reduções, procedimentos de confirmação dos pagamentos e avaliação do reconhecimento da compensação e receita do benefício em função da adesão ao parcelamento. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto, incluídas nas notas explicativas 14.a e 26.

Propriedades para Investimentos

Os ativos mantidos como propriedades para investimentos da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos foram revisados pela Companhia (nota 8), e alguns saldos sofreram reclassificação contábil. Os valores das propriedades para investimentos relacionados a terrenos e obras civis apresentados em 31 de dezembro de 2017 foram avaliados por meio de cotação junto a imobiliárias e outros ativos foram avaliados pela própria Companhia de forma individual, todos os ajustes foram devidamente registrados. Esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria para cobrir o risco de erros na conta de propriedade para investimento incluíram, dentre outros: verificação em base amostral de inventário patrimonial e verificação dos trabalhos da avaliação da imobiliária e teste documental e inspeção física, em base amostral; revisão das conciliações realizadas entre as bases dos relatórios patrimoniais com os respectivos saldos contábeis; análise da finalidade e objetivo dos bens e a necessidade de ajuste por perda de ativo e desta análise identificou-se valores superiores ao de avaliação. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto, incluídas na nota explicativa 8.

Provisões e passivos contingentes – tributárias, trabalhistas e cíveis – Consolidado

Conforme descrito nas notas explicativas às demonstrações contábeis n°17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A mensuração, o reconhecimento contábil como uma provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem impactar significativamente no montante de provisão reconhecido nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para escrituração das respectivas provisões, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e a aplicação adequada e consistente do julgamento durante todos os períodos apresentados. Analisamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como a comparação com jurisprudência existente para os casos mais significativos. Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, reclamatórias e posições tributárias adotadas, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais preparados por assessores tributários e/ou jurídicos internos e externos, bem como a obtenção de confirmações externas dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos envolvendo os casos mais significativos. Avaliamos ainda a adequação das divulgações da Companhia em relação aos litígios provisionados e aqueles com prognóstico de perda possível.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da controladora e controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da controladora Minupar Participações S.A e Companhia Minuano de Alimentos e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 19 de março de 2018.

MICHELON AUDITORES E CONSULTORES SS

CRC-RS nº 4.626

Vicente Michelon

CRC/RS 052365/O-8

Sócio Responsável

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09, os diretores da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao periodo findo em 31 de dezembro de 2017.

Lajeado, 19 março de 2018.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A

Carla Luciane Diedrich

Diretora Presidente

Margareth Schacht Herrmmann

Diretora

Samuel Heydt

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09, os diretores da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela Michelon & Puerari Auditores e Consultores S/S, relativos às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao periodo findo em 31 de dezembro de 2017.

Lajeado, 19 março de 2018.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A

Carla Luciane Diedrich

Diretora Presidente

Margareth Schacht Herrmmann

Diretora

Samuel Heydt

Diretor de Relações com Investidores